



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Medidas Protetivas de Urgência: Atuação da Rede de Saúde na Proteção das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Coordenação-Geral de Atenção à Saúde das Mulheres - CGESMU

Feminicídio no Brasil: um problema de saúde pública

Em mais de 60% dos casos de feminicídio, o óbito acontece 30 dias após uma notificação de violência ter sido registrada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

Além disso, observou-se que, aproximadamente 92 dias antes da notificação formal, essas mulheres já apresentavam um aumento na frequência de visitas aos serviços de atenção primária à saúde, muitas vezes com queixas relacionadas à saúde mental ou sinais de agressão.

Fonte: Vital Strategies



Vínculo longitudinal na APS

Mulheres em situação de violência utilizam os serviços de saúde com muito mais frequência, geralmente com queixas vagas, repetitivas e crônicas.

O vínculo longitudinal da APS é a nossa maior ferramenta de identificação.

Porque abordar a violência na APS?

Proximidade

É o nível de atenção mais próximo do território onde as pessoas vivem

Porta de entrada

As mulheres são as principais usuárias

Longitudinalidade

Permite o acompanhamento ao longo do tempo em um ambiente que não é de investigação policial

Tipos de violência - Lei Maria da Penha

- **Física:** Tapas, empurrões, asfixia.
- **Psicológica:** Humilhações, ameaças, isolamento, stalking.
- **Patrimonial:** Retenção de dinheiro, documentos ou bens.
- **Sexual:** Práticas não consentidas, estupro conjugal, forçar sexo sem proteção.
- **Moral:** Calúnia, difamação ou injúria.
- **Vicária:** Violência exercida contra os filhos ou parentes para causar sofrimento à mulher.

Registro em Prontuário e Notificação

- **Prontuário:** Registro sucinto do tipo de violência, exame físico e plano de cuidado.
- **Notificação Compulsória:** É obrigatória (Lei 10.778/2003) para fins epidemiológicos. Não é denúncia policial.



Notificação Compulsória (SINAN)

- **O que é:** Documento de saúde com fins epidemiológicos.
- **Obrigatoriedade:** OBRIGATÓRIO para profissionais de saúde.
- **Sigilo:** Totalmente sigiloso. Não vai para a polícia.
- **Objetivo:** Dimensionar políticas públicas e garantir verba/estrutura para a saúde.



Boletim de Ocorrência (B.O.) / Denúncia

- **O que é:** Documento de segurança pública.
- **Obrigatoriedade:** ESCOLHA DA PACIENTE (exceto risco iminente de morte/crianças).
- **Sigilo:** Gera inquérito policial e processo legal público.
- **Objetivo:** Responsabilização penal do agressor e medidas protetivas.

Regulamentação da Lei 14.847/2024

Lei nº 14.847/2024: Garante o direito de atendimento em local que restrinja acesso de terceiros (especialmente o agressor).

Nota Técnica Conjunta N° 264/2024 : Orientações a gestores e serviços estaduais, municipais e o Distrito Federal.

Articulação entre toda a rede.

Entrada Discreta: Evitar placas de identificação na porta.

Espaço Infantil: Próximo para que a mulher possa focar na consulta enquanto a criança é acolhida.

Insumos: Testes rápidos de IST e medicamentos para **profilaxia** sempre disponíveis.



Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

Lei nº 15.116/2025

Institui o Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no SUS, reconhecendo a reabilitação oral como um direito fundamental para a dignidade, autoestima e qualidade de vida das mulheres.

Portaria GM/MS 10.300

Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para regulamentar o Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, instituído pela Lei nº 15.116, de 2 de abril de 2025.

Reconstrução e reparação dentária: conjunto de ações realizadas pela equipe de saúde bucal, em qualquer nível de atenção, destinadas à reabilitação funcional e estética, com vistas à restauração da dignidade, da autoestima e da qualidade de vida, articuladas às demais ações necessárias à garantia do cuidado integral.



Saúde Mental - Estratégia Acolhe Mais

- Iniciativa nacional para acolhimento psicossocial de mulheres em situação de violência.
- Uso de telessaúde articulada à rede territorial e intersetorial.
- Teleconsulta em saúde mental como porta de entrada para a RAPS.
- Alinhada ao SUS, à Política Nacional de Saúde Mental e ao enfrentamento da violência contra as mulheres.



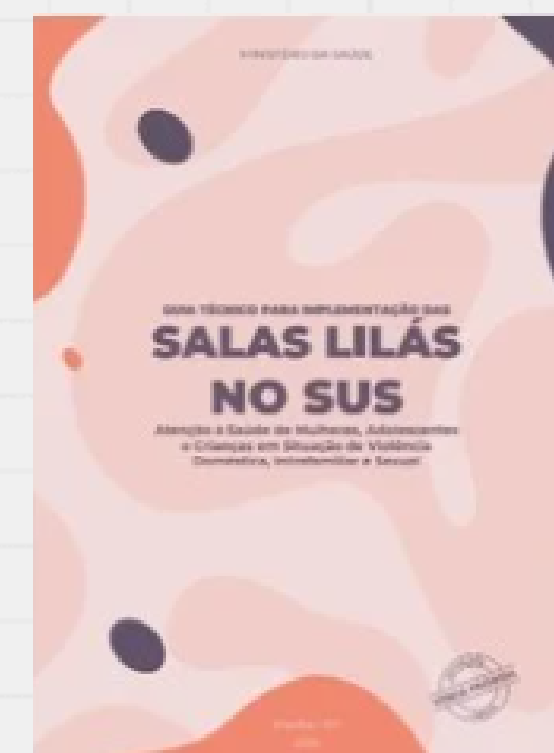
Qualificação dos profissionais da Atenção Primária à Saúde

Oficinas de Qualificação para a Implementação do Implante Contraceptivo no SUS (2025–2026)

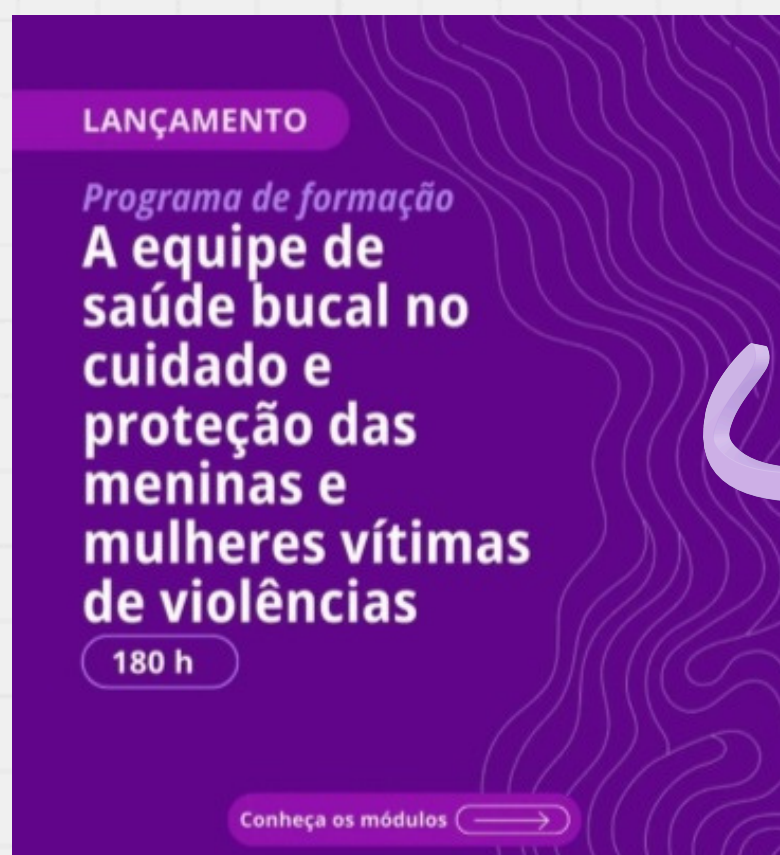
- Realização de 62 oficinas em todo o país.
- Aproximadamente 10.800 médicas(os) e enfermeiras(os) qualificadas para a oferta do implante contraceptivo no SUS.
- Inclusão da aula "Acolhimento às Violências na Atenção Primária à Saúde" em todas as oficinas, fortalecendo a atuação da Atenção Primária à Saúde na identificação de situações de violência, no acolhimento qualificado e na articulação do cuidado em rede às mulheres em situação de violência.



Produção Técnica, Painéis e Cooperação Intersectorial



Qualificação das equipes para o enfrentamento das violências





OBRIGADA!

